

## EM TORNO DA CULTURA POLÍTICA DOS MOÇAMBICANOS<sup>1</sup>

Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro\*

A proposta que apresentarei estrutura-se em torno de dois conceitos articulados: o de cultura política e o de representações sociais. As representações sociais, por sua vez, serão consubstanciadas a partir de representações sociais hoje existentes sobre o passado histórico de Moçambique - desde a colonização, passando pelo período do pós-independência, pela guerra civil, para se chegar ao actual processo de democratização, isto é, como esses processos históricos são hoje apreendidos pelo cidadão comum.

Na sua essência, a comunicação tem a ver com a tese de mestrado que, para além da componente teórica, foi suportada por um trabalho empírico assente em entrevistas semi-directivas (subordinadas aos temas relacionados com os processos históricos referidos), realizadas nas províncias de Maputo, Tete e Nampula nos anos de 1997 e 1998.

O objectivo desta comunicação é tentar perceber algumas das questões estruturais que o actual sistema político moçambicano pode suscitar.

É preciso, desde logo, deixar claro o sentido que demos às expressões *sistema político*, *estrutura política* e *cultura política*. São para nós, por assim dizer, palavras-chaves:

*Sistema político* é aqui entendido como um todo, como uma entidade abrangente, como o funcionamento global da esfera política, dentro da qual podemos distinguir, por um lado, a *estrutura política*, e, por outro lado, a *cultura política*.

*Estrutura política* tem a ver com as instituições de governação, em particular o Estado, tal como elas existem e funcionam. É, portanto, a vertente institucional, formal.

*Cultura política* tem a ver com a forma como os cidadãos se orientam face às estruturas políticas que os tutelam, ou seja, como os cidadãos concebem o poder político. Aqui estamos no domínio social, em particular do pensamento social, que é aquele que nos interessa. Desse modo, cultura política tem a ver sempre com a presença do Estado enquanto referência ao nível do pensamento social, e é um conceito cuja ancoragem é sempre feita em relação a grupos sociais e nunca ao indivíduo.

Uma ideia central da proposta que apresentamos é a de que a estabilidade ou instabilidade de um sistema político passa pelo grau de congruência entre a cultura política e a estrutura política. Portanto, quanto mais elas forem congruentes maior será a tendência para a estabilidade do sistema político e vice-versa.

Segundo proposta de Gabriel Almond e Sidney Verba<sup>2</sup>, haverá congruência, respectivamente, entre uma cultura política paroquial e uma estrutura política tribal; entre uma cultura política de súbdito e uma estrutura política autoritária; entre uma cultura política participante e uma estrutura política democrática<sup>3</sup>.

\* ISCTE

<sup>1</sup> Esta comunicação tem como suporte a tese de mestrado do autor intitulada *As Representações Sociais dos Moçambicanos: do Passado Colonial à Democratização. Esboço de uma Cultura Política* a ser publicada em breve pelo Instituto da Cooperação Portuguesa.

<sup>2</sup> Gabriel ALMOND e Sidney VERBA (1992), "La Cultura Política" in *Diez Textos Básicos de Ciencia Política*, Barcelona, Ariel, pp.171-201.

<sup>3</sup> Constatámos, a partir das propostas de Almond e Verba, três modelos de cultura política de onde derivam os conceitos mistos. Esses modelos eram a *cultura política paroquial*, a *cultura política de súbdito* e a *cultura política participante*. A primeira, a *paroquial*, tem a ver com as sociedades tradicionais nas quais não existem papéis políticos especializados, pois as lideranças são ao mesmo tempo políticas, religiosas e culturais, num sistema político no qual os indivíduos nada esperam dele. A segunda, a de *súbdito*, tem a ver com a existência de um poder político central - o Estado - que serve de orientação política dos cidadãos, mas com o qual estes têm uma relação passiva e submissa, guiando-se sobretudo por atitudes normativas e afectivas. A terceira, a *participante*, tem a ver com o desenvolvimento nos indivíduos de auto-orientações face ao sistema político, isto é, os cidadãos são incentivados a desempenharem um papel activo na construção de todo o sistema político (estruturas políticas, processos políticos e administrativos), pautado por atitudes cognitivas nas quais diminui a relevância dos aspectos normativos e afectivos (excerto retirado da *Conclusão* da tese).

No estudo conclui que os moçambicanos (pelo menos os que entrevistei) têm uma cultura política coesa, transversal às várias realidades que compõem a sociedade moçambicana. Quer eu falasse com actores sociais do sul (província de Maputo), do centro (província de Tete) ou do norte (província de Nampula); quer falasse com muçulmanos, cristãos ou animistas; quer falasse com indivíduos inseridos em contextos urbanos ou rurais - em qualquer caso constatei a existência de uma forte coesão ao nível das referências que servem de orientação política aos cidadãos. Aí a principal referência, a referência hegemónica é o Estado, em relação ao qual os moçambicanos entrevistados revelam uma atitude submissa e passiva. E essa é uma característica da cultura política de súbdito.

Todavia subsistem alguns aspectos paroquiais na cultura política dos moçambicanos, mas eles parecem pouco consistentes e demasiado difusos. Essa é uma consequência da política anti-tradicional do Estado no imediato pós-independência que terá desestruturado os poderes tradicionais. É, por isso, uma cultura política predominantemente de súbdito.

O principal problema político da sociedade moçambicana não é a fragmentação ou falta de coesão ao nível da cultura política (ou do tecido social abrangente, pois a cultura política reflectiria as cisões se elas existissem). A cultura política dos moçambicanos é uma cultura política coesa.

O principal problema é a falta de congruência entre uma estrutura política formalmente democrática e uma cultura política predominantemente de súbdito.

E a questão central nem sequer está propriamente aí. Isso é normal no início de um processo democrático, no qual as mudanças formais ao nível das estruturas políticas, as mudanças institucionais, se processam a um ritmo relativamente rápido, só depois são acompanhadas por mudanças ao nível da cultura política, isto é, ao nível das atitudes por parte dos actores sociais.

O problema central tem a ver com as próprias características da sociedade moçambicana que tendem a afastar as elites que controlam o Estado do restante tecido social, ou seja, a estrutura política formalmente democrática afasta-se da cultura política predominantemente de súbdito em vez de tenderem a tornarem-se congruentes.

É aí que reside a potencial instabilidade do sistema político moçambicano, ou seja, nesta incongruência entre a estrutura política, por um lado, e a cultura política, por outro lado.

Como explicar isso?

Vou tentar fazê-lo em torno de quatro características que me parecem marcantes na sociedade moçambicana:

- 1) O que se designa por *curto-circuito social*;
- 2) A existência de um *locus de controlo externo* extremamente forte ao nível do pensamento social;
- 3) Uma espécie de *malthusianismo sócio-político*;
- 4) Um modelo de evolução social e política passível de ser compreendido à luz da *dialéctica hegeliana*.

Quanto à questão que se designa por *curto-circuito social* enquanto característica da sociedade moçambicana tem a ver com a constatação do facto de as elites que controlam o aparelho de Estado pouco interagirem com o restante tecido social. Além disso, essas componentes da sociedade moçambicana tendem a afastarem-se e a aumentarem o fosso existente entre elas.

Isso tem a ver com o *locus de controlo* (um conceito que fui buscar à Psicologia e associei-o ao conceito de cultura política). Tal como nos indivíduos, as culturas políticas regem-se por uma interacção entre elementos internos (seria o *locus de controlo interno*) e elementos externos (seria o *locus de controlo externo*) que se vão equilibrando.

Acontece que em Moçambique existe um peso muito forte dos factores ou referências externas, isto é, existe uma predisposição cultural que diminui excessivamente as potencialidades endógenas, e isso tem reflexos ao nível das atitudes políticas.

Elites e restante tecido social vêem nos estrangeiros a solução dos problemas que afectam o país, ainda que por razões diferentes. As elites capitalizam em seu proveito próprio os contactos externos (essa é hoje quase uma questão consensual / vários autores têm referido isso, como Bayart ou Samir Amin), mas deva-se acrescentar que o restante tecido social, também ele, vê na presença física dos estrangeiros a solução dos problemas mais prementes, essencialmente o desemprego e, por via disso, a criminalidade.

E o conceito de *estrangeiro*, que tem neste contexto um peso significativo, para os moçambicanos confunde ou indiscrimina três vocábulos ou conceitos:

- 1) o estrangeiro propriamente dito;
- 2) o branco enquanto referência ao estrangeiro;
- 3) o empresário também enquanto referência a quem vem de fora.

Dos três, o significado do empresário é o mais forte, ou seja, não parece haver um apego romântico dos moçambicanos a quem vem de fora, mas uma visão utilitária desse outro: o apego aos estrangeiros não é, assim, um cheque em branco. O estrangeiro que se pretende que vá para Moçambique é o empresário, aquele que vai criar postos de trabalho, que vai abrir empresas.

Continuando o raciocínio, gera-se, então, na sociedade moçambicana uma espécie de síndrome de desconfiança mútua: nem as elites interagem ou têm como preocupação primeira o restante tecido social; nem o restante tecido social tem uma imagem positiva das suas elites, não existindo para as elites aquilo que se pode designar por terreno social apelativo.

Por isso falamos de um *locus de controlo externo* demasiado forte que se pode tornar patológico, precisamente porque os estrangeiros são o muro de separação entre as diferentes componentes do tecido social moçambicano, tornando incongruentes a estrutura política e a cultura política, o que leva a que o sistema político moçambicano seja potencialmente instável.

Por essa via entramos na analogia que se pode fazer com a teoria de Malthus ou malthusianismo. Como se sabe, Malthus defendeu para as sociedades pré-industriais que a população evoluía em ritmo mais rápido do que os recursos. Dito de outro modo, a população evoluía em proporção geométrica (2, 4, 8, 16, 32...) e os recursos evoluíam em proporção aritmética (1, 2, 3, 4, 5...). Num dado momento o desequilíbrio entre a população e os recursos seria demasiado grande, sendo inevitáveis os factores traumáticos que iriam reequilibrar a situação: as fomes; as guerras; as pestes.

Transposta a teoria de Malthus para uma sociedade com as características da sociedade moçambicana, o fosso entre as elites e o restante tecido social poderá conduzir, mais cedo ou mais tarde, a algum processo de reencontro entre as diferentes componentes do tecido social.

Quanto mais pronunciado for esse afastamento, porque arrastado no tempo, mais traumático poderá ser o reencontro entre as elites e o restante tecido social.

Caso a sociedade mantenha estas características, uma vez acontecendo esse reencontro entre as diferentes componentes do tecido social, haverá uma conjuntura de curta duração marcada por uma certa euforia participativa das populações no processo político. Nesse momento serão integrados, isto é, tornar-se-ão elites os elementos que mais ameaçavam a estabilidade social e do sistema político.

Após essa conjuntura de curta duração, seguir-se-á um novo afastamento entre as elites e o restante tecido social.

Neste contexto, o modo mais adequado de explicar talvez seja a dialéctica hegeliana. Hegel propôs a identidade entre o pensamento e o ser (ou seja, haverá equivalência entre a evolução do pensamento e das práticas sociais) e defendeu que a evolução se processa com base na *tese / antítese / síntese* (que imediatamente se transforma em tese, gerando uma nova antítese até se chegar à reelaboração de uma síntese, num processo contínuo).

Nos sistemas políticos globalmente democráticos (com estruturas políticas democráticas e culturas políticas participantes) tenta-se que essa dialéctica seja permanente. Em sociedades com as características da sociedade moçambicana a tese e a antítese ignoram-se, avoiumam as discrepâncias, até uma síntese traumática ou de ruptura.

Exemplos do que explicámos foram duas conjunturas de curta duração com rótulos diferentes, uma de socialismo outra de democracia, mas na essência estruturalmente semelhantes:

1ª 1974-1975 - O período da independência marcou um momento em que houve uma aproximação entre as elites e o restante tecido social, havendo ao mesmo tempo uma recomposição das elites, seguindo--se um afastamento entre essas componentes no qual se gerou um novo conflito;

2ª 1992-1994 - Com os acordos de paz e a transição para a democracia, numa conjuntura marcada pela realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, momento marcado pela recomposição das elites e por uma certa euforia participativa das populações no processo político, seguindo-se o actual afastamento entre as elites e o restante tecido social.

EM SUMA: a sociedade moçambicana, no meu ponto de vista, é uma sociedade potencialmente revolucionária.